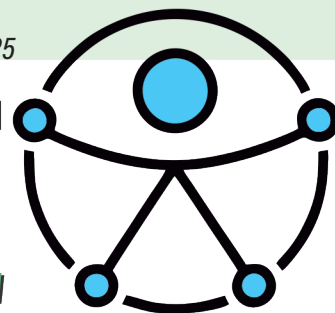




ACESSIBILIDADE



Em defesa da Educação Especial Inclusiva e dos professores auxiliares



No início de seu governo, em 2023, Tarcísio de Freitas editou o Decreto 67635 e a Resolução SEDUC 21, que estabeleceram a Política de Educação Especial, introduzindo novos profissionais de apoio para os estudantes com deficiência – Profissionais de Apoio Escolar = Atividades Escolares (PAE-AE) –, que seriam contratados por meio de convênio com organizações da sociedade civil (OS). Em consequência, os professores auxiliares que atuam nas escolas com estes estudantes seriam deligados.

Em setembro de 2024, a APEOESP participou da audiência pública na Alesp.

A mobilização dos professores e do Sindicato levou a SEDUC a recuar e não mais desligar os professores auxiliares. O recuo do governo aconteceu depois da audiência pública promovida pelo mandato da deputada Professora Bebel – que também é Segunda Presidenta da APEOESP – no dia 19 de setembro, intitulada “Em defesa da Educação Especial Inclusiva”.

A APEOESP participou da audiência pública e se pronunciou por meio do Primeiro Presidente Fábio Santos de Moraes. A audiência reuniu professores, representantes da sociedade civil e de entidades da Educação. Na oportunidade, a professora Bebel lembrou que a “Educação Especial não pode pressupor estigma e separação, mas inclusão, integração e convivência. E cabe aos governos prepararem nossas escolas públicas para essa política inclusiva”.

Desde então, a APEOESP luta para que seja assegurada função de professor auxiliar e para que o Estado de São Paulo institua verdadeiramente uma Educação Especial Inclusiva, como determina a Meta 4 do Plano Estadual de Educação e suas estratégias (leia quadro).

Com a crescente mercantilização da educação pública e da terceirização, em muitas regiões – a exemplo de Franca – as Diretorias de Ensino não vêm reconduzindo os professores auxiliares (leia matéria na 2). A preocupação tanto dos professores quanto da sociedade, é que a substituição dos professores auxiliares por cuidadores comprometerá a qualidade do ensino e a acessibilidade aos estudantes que possuem algumas deficiências, que exige uma atenção especializada.

Meta 4 do PEE

“Meta 4 – Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”

“Estratégia 4.6. Garantir o Atendimento Educacional Especializado, Classes Regidas por Professor Especializado – CRPE, escolas ou serviços educacionais especializados aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na educação básica pública.”

Franca faz caminhada em defesa da educação especial



Professores, pais e mães de estudantes participaram da caminhada em prol da educação especial.

No dia 12 de janeiro, a APEOESP Subsede Franca participou ativamente da “I Caminha em prol da educação especial e contra a privatização do serviço educacional no estado de São Paulo”. O evento reuniu Professores Auxiliares da rede estadual de ensino de Franca, pais e mães de alunos PCD e simpatizantes e percorreu as principais ruas centrais da cidade.

Em função do Decreto 67635 os professores auxiliares da cidade não estão sendo reconduzidos pela Diretoria de Ensino. A APEOESP está dando total apoio ao movimento pois entende que ter um professor especializado é essencial para o pleno desenvolvimento destas crianças e adolescentes, e exige respeito, valorização e o fortalecimento da Educação Especial.

Graciele Alves Ferreira, secretária geral da APEOESP de Franca, destacou que a caminhada reforça a importância do trabalho colaborativo para a inclusão: “Mostrar a população e aos professores a importância do professor especializado para os alunos elegíveis da Educação Especial”. É essencial que os Professores/profissionais envolvidos sejam bem capacitados e que todas as ações estejam alinhadas com o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE).

Além disso, a Subsede de Franca organizou um abaixo-assinado contra a terceirização dos serviços de professores auxiliares, que deverá ser encaminhado ao Ministério Público do Estado.

A caminhada percorreu várias ruas da região central de Franca.



Subsedes devem acompanhar processo de terceirização

A APEOESP continua a luta para que seja assegurada função de professor auxiliar e para que o Estado de São Paulo institua verdadeiramente uma Educação Especial Inclusiva.

É importante que as subsedes acompanhem o processo de terceirização em suas regiões e exijam das Diretorias de Ensino que os professores auxiliares sejam reconduzidos a seus cargos. Para tanto, devem envolver pais e mães de estudantes PDC, realizar atos públicos e/ou passeatas contra a terceirização na Educação Especial - informar data e local das atividades para a Secretaria de Assuntos Relativos aos Trabalhadores em Educação com Deficiência pelo e-mail: assuntospcd@apeoesp.org.br

